

Crises Internas e Integração Regional: O Caso da Guiné-Bissau na CEDEAO

Lázaro Uassena Una - Universidade Federal de ABC (UFABC)

Ivette Tatiana Castilla-Carrascal - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Mamadu Seidi - Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP)

Cinthia Regina Campos - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Resumo

A relação da Guiné-Bissau com a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) começou desde o processo da sua criação, concretizado em maio de 1975. Este artigo tem como objetivo compreender como se deu a relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO, em termos políticos, econômicos e comerciais entre 1998 a 2018. Explorou-se o argumento de que essa relação se deu mais no campo político, atrelada às questões de segurança, do que no campo econômico e comercial. E por outro lado, observou-se que isto se deve às constantes crises internas que o país enfrentou durante esses 20 anos em estudo. Para alcançar o objetivo, o trabalho teve como base bibliográfica tanto as fontes primárias assim como as fontes secundárias. Concentrou-se na análise dos documentos institucionais disponíveis nos endereços eletrônicos tanto da CEDEAO, assim como do FMI, OCDE entre outras. E, também, em artigos, livros, teses, dissertações e jornais disponíveis nos meios eletrônicos e nas bibliotecas. A pesquisa exploratória reforça a percepção de que a presença da Guiné-Bissau na CEDEAO se concentra nas questões políticas, em associação com a temática da segurança, do que nas demais áreas. Percebe-se ainda que, no que tange às questões de segurança, a Guiné-Bissau esteve sempre presente nas negociações das Sessões Ordinárias e extraordinárias, sendo discutida a forma de como pôr fim às constantes instabilidades internas. Nesta ótica foi dada como prioridade a reforma no setor da defesa e segurança, no qual elaborou-se um plano de ação conjunta com o Estado da Guiné-Bissau. A CEDEAO apoiou financeiramente e com expertise técnica o plano de reforma, inclusa a missão da ECOMIB.

Palavras Chaves: Integração Regional, Crises Internas, CEDEAO, Guiné-Bissau.

Abstract

Guinea-Bissau's relationship with the Economic Community of West African States (ECOWAS) began since the process of its creation, carried out in May 1975. This article aims to understand how Guinea-Bissau's relationship with ECOWAS took place in political, economic, and commercial terms between 1998 to 2018. The main discussion is that this relationship took place more in the political field, linked to security issues, than in the economic and commercial field. On the other hand, it is believed that this is due to the constant internal crises that the country faced during these 20 years under study. To achieve the objective, the work had as bibliographic base both the primary sources as well as the secondary sources. The paper explored the analysis of the institutional documents available on the websites of both ECOWAS, as well as the IMF, OECD and others. In addition, in articles, books, theses, dissertations, and newspapers available in electronic media and in libraries. The exploratory research reinforces the idea of the Guinea-Bissau's relationship with ECOWAS was more in the political field, linked to security than economic and commercial issues. It is clear that, regarding security issues, Guinea-Bissau has always been at the table of Ordinary and Extraordinary Sessions, with a discussion on how to end constant internal instabilities. In this perspective, reform in the defense and security sector was given priority, drawing up a joint action plan with the State of Guinea-Bissau. ECOWAS financially supported the reform plan and with technicians, in this case with ECOMIB's mission.

Keywords: Regional Integration, Internal Crisis, ECOWAS, Guinea-Bissau.

1. Introdução

A Guiné-Bissau¹ vive uma instabilidade crônica desde a sua independência em 1973. Sete anos depois, isto é, em 1980, o país conheceu aquilo que seria o primeiro de tantos outros golpes de Estado que iria enfrentar ao longo do seu processo democrático. Uma série de crises afetaram profundamente as instituições governamentais, resultando em sucessivas interrupções de mandatos dos governos eleitos. O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), identifica essas fragilidades. Segundo o relatório, a instabilidade política recorrente desde o conflito armado de 1998-99; o funcionamento irregular e falta de capacidade das instituições públicas no cumprimento das funções básicas do Estado, são algumas das principais fragilidades crônicas que o país enfrenta (OCDE, 2011, p.23).

Criada em 28 de maio de 1975, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tem por objetivos promover a cooperação e o desenvolvimento em todas as esferas, para elevar o padrão de vida de seus povos, para manter e aumentar a estabilidade econômica, reforçar as relações entre os Estados-Membros e contribuir para o progresso e desenvolvimento do continente africano (TRATADO CEDEAO). Desde o conflito civil de 1998 houve uma presença constante das delegações e grupos de trabalho da CEDEAO no país, com objetivo de superar esse ciclo de instabilidade crônica (FERNANDES et al, 2011). Até o presente ano, 2020, a CEDEAO mantém ainda um contingente de militares no país, que chegaram desde 2012 na sequência de um dos gol-

pes de estado. Esse contingente, segundo a CEDEAO, tem por objetivo assegurar os dirigentes e as instituições estatais, bem como apoiar no processo de reforma no setor de defesa e segurança.

Por outro lado, apesar de apresentar um mercado promissor, com cerca de 318,5 milhões de habitantes, constata-se que existe baixa complementariedade econômica entre os Estados que a compõem. Quase todos eles têm como destino exportador os mercados europeus, americanos ou asiático. Em termos de circulação interna dos produtos, a Nigéria, Costa de Marfim, Senegal, Gana e Togo continuam a ser os principais exportadores para o mercado regional (CEDEAO), enquanto a Guiné-Bissau e os restantes importam mais do que exportam.

Disto isto, pergunta-se: Como se deu a relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO durante 1998 e 2018? Essa questão foi levantada com objetivo de compreender como se deu a relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO, em termos políticos, econômicos e comerciais. Partiu-se do argumento de que essa relação se deu mais no campo político, atrelado às questões de segurança, do que no campo econômico e comercial. E por outro lado, acredita-se que isto se deve às constantes crises internas que o país enfrentou durante esses 20 anos em estudo.

Para alcançar o objetivo, o trabalho teve como base bibliográfica tanto as fontes primárias assim como as fontes secundárias. A análise concentrou-se nos documentos institucionais disponíveis nos endereços eletrônicos tanto da CEDEAO, assim como do FMI, OCDE, também em artigos, livros, teses e dissertações disponíveis nos correios eletrônicos e nas bibliotecas. Por outro lado, também teve que se recorrer às notícias publicadas nos jornais eletrônicos como forma de ampliar a fonte de dados secundários.

¹ A República da Guiné-Bissau fica situada na costa Ocidental da África, com uma extensão geográfica de 36.125 km². Faz fronteiras, ao Norte com Senegal, Sul e Leste com a República da Guiné-Conacri, todos países francófonos, e a Oeste com Oceano Atlântico. Além do território continental, a República da Guiné Bissau conta com mais de 88 ilhas que constituem arquipélago dos Bijagós. E dentre estes 88, apenas mais de 20 são povoados. (CASSAMA, 2014, p.18). E segundo os dados de Instituto Nacional de Estatística (2016) a população é estimada em cerca de 1.544.777 habitantes.

Ao todo foram analisados mais de 37 documentos oficiais da CEDEAO. Esses documentos oficiais se referem aos comunicados oficiais das cimeiras ordinárias e extraordinárias realizadas dentro do período em estudo (1998-2018). Dos 37 documentos, 23 são das cimeiras ordinárias e 14, das extraordinárias. Procuramos saber como aparecia a Guiné-Bissau dentro das agendas de CEDEAO e quais as prioridades ou áreas que mereciam mais atenção do organismo.

O artigo está dividido em cinco partes, a primeira é a presente introdução. A seguir apresenta-se o funcionamento interno da CEDEAO e seu perfil econômico, onde avaliaremos se os objetivos comerciais foram atingidos e o perfil geral da economia de Guiné-Bissau; em seguida apresenta-se um histórico das crises políticas internas no país; por fim, argumenta-se como estas crises podem ter afetado o desempenho da Guiné-Bissau na CEDEAO e o papel desta na resolução de conflitos na região e a quinta parte são as considerações finais do artigo.

2. Funcionamento e Contexto Econômico na CEDEAO

A CEDEAO foi criada com a capacidade jurisdicional para cobrir um importante território no continente africano em termos demográfico e econômico. Durante as últimas décadas, a população da África Ocidental observou um forte crescimento, passando de 70 milhões de habitantes para 300 milhões entre 1950 e 2010. No fim do ano de 2014, representava cerca de 40% da população da África subsaariana. Segundo as projeções das Nações Unidas, a população da África Ocidental deverá chegar aos 550 ou 600 milhões de habitantes em 2050. É a região mais jovem do mundo. Além disso, com cerca de 5% da população mundial e com uma área superior a 40% da África subsaariana, a África Ocidental é a mais densamente povoada². A tabela abaixo ilustra essa relação, considerando os pesos econômico, demográfico e geográfico do bloco de CEDEAO.

Tabela 1- Dados demográficos/geográficos e econômicos dos países da CEDEAO e seus respectivos pesos em % (estimativa de 2017)

Países	População (milhões)	Peso demográfico	PIB US \$ (bilhões)	Peso econômico	Superfície (milhares Km ²)	Peso geográfico
Benim	11,18	3%	9,27	1,7%	114,8	2%
Burkina Faso	19,19	5%	12,87	2,3%	274,2	5%
Cabo Verde	0,55	0%	1,75	0,3%	4	0%
Costa de Marfim	24,29	7%	40,39	7,3%	322,5	6%
Gâmbia	2,10	1%	1,01	0,2%	11,3	0%
Gana	28,83	8%	47,33	8,6%	238,5	5%
Guiné-Bissau	1,86	1%	1,35	0,2%	36,1	1%
Guiné	12,72	3%	10,5	1,9%	245,8	5%
Libéria	4,73	1%	2,16	0,4%	111,4	2%
Mali	18,54	5%	15,29	2,8%	1.240,20	24%
Níger	21,48	6%	8,12	1,5%	1.267	25%
Nigéria	190,89	52%	375,77	68,2	923,8	18%
Senegal	15,85	4%	6,37	3,0%	19,7	4%
Serra Leoa	7,56	2%	3,77	0,7%	72,3%	1%
Togo	7,80	2%	4,81%	0,9%	56,8%	1%
Total	367,57	100%	50,76	100%	5115,4	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Banco Mundial, 2018. (DA CRUZ 2018, p.19).

A República Federativa da Nigéria, maior economia da África Ocidental, é responsável por cerca de 70% do PIB do bloco, de acordo com o quadro acima. A Nigéria empenhou-se bastante no processo de criação de CEDEAO. Há duas razões econômicas para isso: a primeira diz respeito a uma estratégia da política externa regional nigeriana na qual esta visava expandir o seu domínio econômico na sub-região; a segunda é uma preocupação do país em diversificar sua economia, tendo em vista que a Nigéria é um dos maiores exportadores de petróleo no continente africano³.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental conta com três instituições principais: executivo, legislativo e judicial e com mais dois órgãos importantes: Autoridades dos chefes de Estados ou dos governos⁴ (órgão supremo de CEDEAO) e conselho dos ministros formado pelos ministros dos negócios estrangeiros dos países membros de CEDEAO. O presidente de Autoridades de chefes de Estados de CEDEAO é um chefe de Estado ou de governo membro de CEDEAO que é nomeado por seus companheiros chefes de Estado ou de governo em uma assembleia por um mandato de um ano seguindo a ordem Alfabética dos Estados partes da comunidade de CEDEAO.

O presidente do conselho de ministro é automaticamente ministro de negócios estrangeiros, também com mandato de um ano respectivamente. O processo decisório dos dois órgãos é idêntico conforme o tratado de CEDEAO. “Salvo disposição em contrário do presente Tratado em um Protocolo, as decisões da Autoridade⁵ serão adotadas, dependendo do assunto em consideração por consenso de unanimidade ou, por maioria de dois terços dos Estados-Membros” (art.9, Tratado da CEDEAO). Mas, vale sinalizar aqui que o órgão supremo age pela decisão e o conselho dos ministros age pela regulamentação. No caso, a decisão do órgão supremo não precisa mais passar por outro órgão com possibilidade de ser alterado enquanto que a regula-

mentação do conselho do ministro precisa da aprovação do órgão supremo.

Ainda com base no tratado de CEDEAO e nas informações disponíveis no seu site oficial⁶, o principal órgão executivo de Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental é o seu secretariado executivo, transformado em Comissão de CEDEAO em 2007. À frente do braço executivo da Comunidade⁷ está o Presidente da Comissão, nomeado pela autoridade dos chefes de Estado de CEDEAO sob proposta de conselho de ministros. O mandato de secretário executivo é por um período não renovável de quatro anos. E, é assistido por um vice-presidente e 13 comissários. O tratado determina que o comissário não pode ser exonerado pela decisão unilateral da Autoridade e nem do Conselho, mas que seja pela iniciativa própria do comissário e pela recomendação de Conselho para Autoridade⁸.

A Comissão tem como seus objetivos: promover a cooperação e a integração; conduzir ao estabelecimento de uma união econômica na África Ocidental, a fim de elevar o nível de vida dos seus povos; melhorar a estabilidade econômica e promover as relações entre os Estados-Membros, contribuindo para o progresso e desenvolvimento do continente africano.

Por outro lado, o Parlamento é composto por 115 assentos, no qual cada um dos 15 Estados membros de CEDEAO tem um mínimo garantido de cinco cadeiras. Os assentos restantes são compartilhados com base na população⁹. Consequentemente, a Nigéria tem 35 assentos, Gana 8 assentos, Costa do Marfim 7 assentos, enquanto Burkina Faso, Guiné, Mali,

6 <https://www.ecowas.int/about-ecowas/governance-structure/>
Acesso em 13/12/2019

7 Comunidade é o nome usado para referir Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, no tratado de CEDEAO.

8 Artigo 18 sobre as nomeações, tratado da CEDEAO 2010.

9 Informação disponível no site oficial de parlamento de CEDEAO, <http://parl.ecowas.int/en/about-us/> Acesso: 19/01/2020.

Níger e Senegal possuem 6 assentos cada. Os outros - Benim, Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Libéria, Serra Leoa e Togo têm 5 lugares cada. Ainda de acordo com o Tratado da CEDEAO, os representantes e seus suplentes devendo ser eleitos por sufrágio universal direto pelos cidadãos dos Estados-Membros. Na pendência da eleição de membros do Parlamento, as Assembleias Nacionais dos Estados-Membros ou suas instituições ou órgãos equivalentes ficam habilitados a eleger membros dentre eles. Por fim, o Parlamento possui caráter consultivo¹⁰.

Há ainda um Tribunal composto por cinco juízes independentes, pessoas de alto caráter moral, nomeados pela Autoridade de Chefes de Estado do Governo, nacionais de Estados-Membros, por um mandato de quatro anos, mediante recomendação do Conselho Judicial de Comunidade, cujo seu mandato é de garantir a observância da lei e dos princípios da equidade e na interpretação e aplicação das disposições do Tratado Revisado e de todos os outros instrumentos jurídicos subsidiários adotados pela Comunidade. Por fim, a CEDEAO também dispõe de outras instituições de suporte: BIDC (Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO), Organização de Saúde da África Ocidental (OOAS) e o Grupo de Ação Intergovernamental contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo na África Ocidental (GIABA), Agência Monetária Oeste Africana WAMA, Comitê Técnico Especializado e outras agências especializadas¹¹. Estes órgãos cumprem uma função auxiliar no assessoramento técnico e financeiro junto às demais instituições decisórias.

Apesar do robusto arcabouço institucional, a CEDEAO

10 Informação disponível na página oficial de parlamento <http://parl.ecowas.int/en/about-us/>, acesso em 13 de Dezembro de 2019.

11 Agência Monetária da África do Oeste; Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO); Centro de Desenvolvimento de Desportos e da Juventude da CEDEAO; Centro de Desenvolvimento de gênero; Unidade de Coordenação de recurso Hídrico; Cartão marrom da CEDEAO; Power Pool da África Ocidental; Programa Regional de Saúde da África Ocidental; Centro Regional da CEDEAO para a energia Renovável e Eficiência Energética; Autoridade regional da CEDEAO para a Regulação da Eletricidade.

foi concebida inicialmente com objetivo principal de promover a integração econômica na região, sendo o principal bloco de integração regional da África Ocidental. Nele convivem dois importantes blocos econômicos sub-regionais: a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)¹² e a Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO) (WAMI, 2009)¹³. Vale salientar que a composição dos dois blocos sub-regionais no seio de CEDEAO reflete o passado colonial, ou seja, os países que fazem parte da UEMOA são quase todos, com exceção da Guiné-Bissau, ex-colônias francesas. Por outro lado, os que fazem parte da ZMAO são todas ex-colônias britânicas, com exceção de Guiné-Conakry¹⁴. Cabo Verde é o único país membro de CEDEAO que não faz parte de nenhum dos dois blocos sub-regionais e, assim como a Guiné-Bissau, é uma ex-colônia portuguesa.

Entre os objetivos¹⁵ da UEMOA destaca-se: i) Reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados-membros no quadro de andamento e abertura concorrencial em ambiente racional e harmônico; ii) Assegurar a convergência das performances e políticas econômicas dos Estados-membros para o estabelecimento de um procedimento de vigilância multilateral; iii) Criar entre os Estados-membros um mercado comum baseado na livre circulação de pessoas, bens, serviços, e capital, e no direito de estabelecimento de trabalhadores assalariados ou privados, assim como uma política comercial e tarifa exterior comum.

12 Foi criada por um tratado assinado em Dakar, Senegal, 10 de janeiro de 1994 pelos Chefes de Estado e de Governo do Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo, no dia 2 de maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se o oitavo Estado membro da União.

13 Criada em 2003, após alguns anos de várias reuniões que inclui os chefes dos respectivos Estados que a criarem estes que são Gâmbia, Gana, Guiné Conakry, Libéria, Nigéria e Serra Leoa. Com seguinte objetivo conseguir a integração econômica entre seus membros por meio de criação de uma moeda única (ECO), informação disponível no link: <https://www.hauniversity.org/pt/ZMAO.shtml> acessado 4/01/2020.

14 Guiné-Conakry foi uma ex-colônia francesa cujo seu processo de independência diferenciado das demais ex-colônias, ou seja, este tomou a independência sem permitir possibilidade de acordo com a França pós-independência, processo liderado por Sekou Ture.

15 Ver DJAU 2019 sobre objetivos da UEMOA: uma análise crítica, p. 129.

Como já foi frisado, a UEMOA tem um antecedente bem anterior à de CEDEAO e remonta aos anos 1945 quando a França lança o seu projeto colonial de integração econômica na sua colônia de África Ocidental, criando a *Franc Zone*. Desta forma, a UEMOA tem sido uma integração econômica mais avançada do que a de CEDEAO tendo em conta que este já tem uma moeda única e uma existência prévia como um bloco cobrindo uma boa parte do período da colonização francesa. Já está evidente que entre as missões da CEDEAO, a prin-

cipal é criar uma maior interdependência econômica no seu território, com a finalidade de constituir um mercado comum. Mas, a tabela 2 ao apresentar o total das importações e exportações do bloco no período entre 1975 e 2009, questiona se uma maior interdependência comercial foi de fato alcançada pela organização.

Tabela 2 - Dados sobre importações / exportações em percentagem (%), intra e extra do total de bloco de CEDEAO (1975-2009).

Período	1975	1980	1990	2009
% total de import-extra	96%	95,5%	77,9%	79,1%
% total de export-extra	97,5%	97,4%	93,3%	93%
% total de import-intra	4%	4,5%	21%	19,9%
% total export intra	2,5%	2,6%	6,7%	7%

Fonte: elaboração própria com os dados extraídos de (SANTOS MIRANDA, 2014)¹⁶.

Perante os dados acima apresentados parece ser prudente afirmar que a CEDEAO ainda não foi capaz de estimular o comércio intra-bloco de forma significativa, especialmente quando se compara às exportações extra-bloco, demonstrando uma presença forte do comércio com nações fora do bloco.

Tratando de Guiné-Bissau especificamente, a partir do início dos anos 1990, houve uma mudança no seu quadro dos parceiros comerciais, concernente a sua importação e exportação. O parceiro comercial tradicional da Guiné-Bissau é Portugal e este apresentava maior percentagem sobre os números da soma total das importações e exportações guineense, mesmo na primeira década da independência. Ao final dos anos 1980, a Índia pas-

sou a configurar no principal destino das exportações guineense e Senegal passou a ter um lugar destacado nas importações guineense, seguindo assim Portugal na lista dos principais parceiros. Vale destacar aqui que a Índia se apresenta como parceiro permanente¹⁷ em virtude da sua inserção no comércio da castanha.

Ainda sobre o grau de aprofundamento da integração na CEDEAO, a tabela abaixo mostra o desempenho de cada país-membro no que tange sua participação no bloco. A escala de zero (0) a um (01) refere-se às suas integrações em cinco dimensões, a saber: infraestrutura regional, integração comercial, integração produtiva, livre circulação de pessoas, integração financeira e macroeconômica.

Tabela 3 – Índice de Integração Regional na CEDEAO elaborado pela UNECA

País	Integração comercial	Infraestrutura regional	Integração produtiva	Livre circulação de pessoas	Integração financeira
Côte d'Ivoire	0.99	0.31	0.28	0.80	0.94
Togo	0.47	0.59	0.49	0.80	0.95
Senegal	0.65	0.28	0.38	0.80	0.97
Niger	0.45	0.34	0.18	0.80	1.00
Ghana	0.60	0.60	0.47	0.80	0.25
Benin	0.36	0.27	0.28	0.80	0.92
Burkina Faso	0.43	0.40	0.08	0.80	0.97
Mali	0.48	0.21	0.12	0.80	0.95
Nigéria	1.00	0.38	0.17	0.80	0.15
Guiné-Bissau	0.41	0.34	0.00	0.80	0.95
Gambia	0.01	0.53	0.52	0.80	0.36
Cabo Verde	0.17	0.63	0.11	0.80	0.44
Sierra Leone	0.52	0.31	0.35	0.80	0.03
Liberia	0.00	0.32	0.38	0.80	0.28
Guinea	0.11	0.40	0.17	0.80	0.00

Fonte: Índice de integração regional africano 201618

De acordo com o índice de integração regional africano (2016), a integração produtiva é a dimensão na qual a Guiné-Bissau obteve menor pontuação e está relacionada à industrialização. O investimento na indústria permite o acesso a corredores comerciais regionais que movimentam mercadorias, estimulando igualmente a produção de energia. Ainda sobre os cálculos de integração produtiva, foram usados alguns indicadores-chaves: exportações de bens intermediários intra-regionais (% total de bens de exportação intra-regionais), percentagem de importações de bens intermédios intra-regionais (% total de bens de

importação intra-regionais); Índice de Complementaridade no Comércio de Mercadorias.¹⁹

Percebe-se que na esfera econômica, a CEDEAO não significou um incremento na participação econômica da Guiné-Bissau na região, pois esta mantém vínculos comerciais principalmente com países de fora do bloco econômico e com a antiga metrópole, Portugal. Em comparação com os demais membros da CEDEAO, Guiné-Bissau é o país que possui menores índices de integração comercial e infraestrutura regional. Segundo Medina (2014),

“Resultados de testes empíricos apontam que a CEDEAO não criou comércio entre 1980 e 2009, embora a desagregação dos dados tenha mostrado que o peso do comércio regional cresceu no volume total do comércio dos países. Os mecanismos

19 <https://www.integrate-africa.org/rankings/dimensions/productive-integration/>, acesso em 04 de janeiro de 2020.

de política comercial regional não foram suficientemente eficazes na atuação sobre as cadeias de comércio que tradicionalmente ligaram os países mais desenvolvidos aos países africanos (SANTOS MEDINA 2014, p.51) ”.

Percebe-se, no entanto, uma crescente participação do bloco na arena da cooperação política, especialmente no papel da integração para a resolução de conflitos e instabilidade interna daquele país. Com base nisso, este artigo se apoia na tese neofuncionalista e no seu conceito principal do *spill over* (transbordamento) como um referencial para compreensão do motivo pelo qual houve a mudança no objetivo e alastramento de área de integração de CEDEAO nos anos 1990: “O tratado de Lagos foi originalmente apresentado como uma iniciativa econômica, mas os eventos políticos emergentes levaram à sua revisão e, com isso, à expansão do escopo e dos poderes em 1993” (CEDEAO 2019)²⁰. A partir desse momento, cooperação dentro de bloco de CEDEAO não só limitou ao aspecto econômico, mas passou a encobrir outras áreas embutidas na dimensão política, a exemplo da promoção de sistema democrático e segurança. O artigo de 58 do tratado revisado em 1993 que consta em baixo reforça esse fato.

1. Os Estados Membros comprometem-se a proteger e consolidar as relações que conduzem à manutenção da paz, estabilidade e segurança na região.

f) estabelecer um sistema regional de observação da paz e segurança e forças de manutenção da paz, quando apropriado;

g) prestar, quando necessário e a pedido dos Estados Membros, assistência a Estados-Membros para a observação de eleições democráticas.

A interdependência existente entre política e economia em um processo de integração como é no caso da CEDEAO, reforça a premissa central dos neo-funcionalistas (SILVA, 2015) da não separação entre as esferas

técnica e política quando se trata do aprofundamento da integração regional. Por outro lado, o neo-funcionalismo enquanto teoria que foi desenvolvida no contexto europeu, tem alguns desafios na sua aplicabilidade para o estudo no processo de integração da CEDEAO. Pode-se dizer que a CEDEAO está ligada à tendência de aprofundamento, visto que no seu tratado revisado de 1993 consta a reafirmação da intenção de atingir a condição zona de livre comércio, promover a união aduaneira e alcançar a união econômica e monetária. Ainda assim o bloco conta com enormes dificuldades para realizar o seu objetivo principal como é sinalizado por Djau (2019):

“Cabe dizer que a consolidação do bloco ainda não se concretizou na sua plenitude. Somente oito países da região (já mencionados anteriormente) concordaram em criar uma União Monetária, devido às várias divergências existentes entre os Estados membros quanto ao gerenciamento do bloco, assim como às instabilidades políticas em alguns países membros” (DJAU 2019, p.112).

Atualmente a CEDEAO está em processo de negociação para lançar a sua moeda ECO²¹ prevista inicialmente para 2020. No próximo tópico, trataremos da Guiné-Bissau de forma mais direcionada nos contextos político e econômico e sua relação com o bloco de integração.

2.1 Relações econômicas entre Guiné-Bissau e a CEDEAO

Considerada um dos mais avançados processos de integração regional africana e segundo PIB do continente com 24% (AUP/OCDE, 2018), a CEDEAO, tanto quanto os outros organismos regionais do continente, parece deixar muito a desejar quando se observa o fluxo comercial dentro do bloco. Como dito anteriormente,

20 Informação disponível no site de CEDEAO <https://www.ecowas.int/about-ecowas/history/>, acesso em 14/12/2019

21 Ver análise crítica de Suleimane DJALO, membro de Instituto Nacional de Estudo Pesquisa de Guiné-Bissau sobre a moeda única de CEDEAO. Disponível no link em baixo: acesso em 15/12/2019. http://www.odemocratagb.com/?p=22802&fbclid=IwAR2bpjENUBM6OUug-O2eP-4y-8lZ_yZtPmqoNEwkR23XyCs9p63C0hOBpTE.

a realidade económica da região tem se caracterizado pela baixa complementaridade entre suas economias, bem como pela sua economia de base primária e voltada para o sector externo, em que tem sido predominante as exportações agrícolas e minerais e importações de bens industrializados da Europa. No entanto, segundo o relatório conjunto da Comissão da União Africana (AUP) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE),

A região continua a estar exposta a eventos climáticos que afetam a produção agrícola, bem como a variações nos preços internacionais das matérias-primas. A atividade económica concentra-se na maior economia da região, a Nigéria, que representa 77% do PIB total e 52% da população da África Ocidental. A atividade tem-se revelado também sustentada em países como a Côte d'Ivoire e o Senegal, mas continua a ser muito fraca, ou até negativa, noutros países (AUP/OCDE, 2018, p. 207).

Segundo o mesmo documento acima citado, os países da CEDEAO exportam produtos com forte procura mundial. E, 75,3% continuavam a ser produtos não transformados. Assim, o petróleo e o betume representam 81% das exportações da Nigéria e o cacau 48% das exportações da Cote d'Ivoire, enquanto o comércio externo do Gana é composto principalmente por petróleo (32,5% das exportações), cacau e ouro (ambos 20%) (AUP/ OCDE, 2018).

Configurando-se entre os países menos conectados, por vias marítima, com o resto do mundo, a Guiné-Bissau é um dos países da CEDEAO que menos exporta ou que tenha uma exportação quase insignificante dentro do mercado. A Guiné-Bissau assim como a maioria dos países da região, não possui indústrias de transformação, o que condiciona a exportação, em bruto, do seu principal produto de exportação, que é a castanha de caju. Cerca de 98% de exportação de castanha de caju tem como destino, o mercado indiano. Segundo Sambu (2015), a castanha de caju representa entre

88% e 90% da receita total de exportação entre 1999 e 2007. Segundo o relatório da FMI (2017) mostra que essa tendência se manteve. O país continua exportando cerca de 98% da sua castanha de caju bruta para Índia.

Ainda segundo o mesmo relatório, a integração comercial com o resto da região sofreu atrasos consideráveis. Em primeiro lugar, poucas empresas da Guiné-Bissau exportam para a região devido à baixa complementaridade comercial. Em 2016, 85,3% das exportações foram de caju em bruto, das quais mais de 90% destinadas ao resto do mundo, fora do continente africano. Beneficiando de uma forte procura e de preços favoráveis, as exportações aumentaram de 15,5% para 25,8% do PIB entre 2014 e 2015, uma tendência confirmada em 2016 (26,2%). Hoje a castanha de caju contribui cerca de 10% do total do PIB do país. A Guiné-Bissau é atualmente o oitavo maior exportador mundial da castanha de caju, com 2,9% do total das exportações mundiais (OCED, 2017). Além de castanha de caju, a Guiné-Bissau também exporta madeira e algodão para o mercado português e chinês, mas estes representam apenas 1% das exportações; e também exporta peixes, mas estatística deste último não consta na estatística oficial dos exportados, porque os pescados tomam a nacionalidade dos navios que os capturam, independentemente do lugar onde foram capturados. Um dos principais pescadores que navega nos mares da Guiné-Bissau é a União Europeia (UE) (OCDE, 2018).

No que se refere às importações, a Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (ANEME, 2018, p.49), nos seus Estudos sobre a Guiné-Bissau, destaca que Portugal ocupa a primeira posição com cerca de 28,8%, em seguida vem o Senegal com 28,3%, depois vem a China, Espanha com 3,7% e 3,5% respetivamente, e o Paquistão com apenas 1,5%. Nota-se, através dos dados, que o país importa mais dos mercados externos do que da própria CEDEAO. Quanto às importações, Portugal e Senegal aparecem

como países dos quais a Guiné-Bissau mais importa. Essas importações são lideradas por óleo de petróleo, seguido pelo arroz, e por último, o vinho.

O relatório da Associação Industrial Portuguesa (AIP) em colaboração com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda (PWC) (2014), mostra que as perspectivas para o setor agrícola são claramente positivas. O clima e a quantidade de solo são favoráveis às culturas de rendimento (castanha de caju, amendoins e algodão) fruta vegetais e tubérculos. O país também tem mais de 300 mil hectares para a plantação de arroz, mas devido à falta de investimento no setor, o país ainda se mantém dependente de importações agroalimentares (AIP/PWC, 2014).

Quanto ao setor turístico, o país conta com mais de 88 ilhas, praias e parques naturais de atração turística, mas que por falta de investimento esse setor quase não funciona. Segundo o relatório de Banco Africano para Desenvolvimento (BAD) em colaboração com a OCDE e o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017), mostra que em 2015 entraram nas fronteiras da Guiné-Bissau 43.800 turistas. Quanto às receitas geradas, estas atingiram 27,2 milhões de USD em 2013. O relatório ressalta a falta de investimentos nas infraestruturas hoteleiras e portuárias para facilitar a acomodação e a ligação entre a Capital Bissau e as ilhas, e a ligação portuária entre as próprias ilhas como fator que contribui para pouca movimentação no setor turístico do país. A mesma precariedade também se mostra visível nas redes rodoviárias do país.

O setor de mineiros também se mostra promissor com as recentes descobertas de fosfato, bauxita e petróleo, este último precisando de mais investimentos para a confirmação e exploração (AIP/PWC, 2014).

O relatório da OCDE (2011) aponta que, que o impacto da ajuda internacional na estabilidade e na pre-

venção de conflitos poderia ser maior se a ajuda fosse mais eficaz e melhor direcionada, nomeadamente para áreas susceptíveis de prevenir a instabilidade social. Isto inclui a dinamização do sector económico e da criação de oportunidades, sobretudo para as camadas mais jovens da população, e que permita absorver no mercado de trabalho os mais de 60% de excedentários da função pública.

Embora seja prioridade as reformas militares, o referido relatório aponta que, na opinião de alguns atores nacionais, o enfoque da ajuda internacional na reforma dos militares e da função pública, negligenciando o sector produtivo e as questões do emprego, corre por isso não só o risco de estar a inverter prioridades, mas também de justificar a falta de investimento ao sector produtivo.

No entanto, esses relatórios apontam para uma diversificação das atenções relativamente aos setores prioritários a receber financiamentos. Ou seja, mesmo que as questões de reforma no setor da defesa e segurança sejam urgentes, agricultura, turismo e minérios não devem ser deixadas de lado, pois são áreas com potencialidade de desenvolvimento económico e social do país. No próximo tópico, trataremos em detalhe deste contexto político interno.

3. Crises Políticas na Guiné-Bissau (1980 até 2015)

A noção de crise se mostrou interessante nos estudos da paz e segurança pois resulta da alteração repentina das circunstâncias políticas. E apesar de não ser possível chegar a uma definição consensual sobre a crise, se considera como crise um ponto de viragem em relação à situação política vigente que exige uma decisão expedita (SARAIVA, 2011). Para Silva (2014) um dos elementos da crise é a possibilidade de alteração do sistema. No caso

da Guiné-Bissau, o que se percebe nas crises abaixo analisadas, é que elas têm origem política com desdobramentos diferentes: alguns com desdobramentos causando golpes de Estado, conflitos militares e outros causando enormes problemas governamentais, exigindo mediações das organizações regionais e internacionais.

Sete anos depois da independência o país conheceu aquilo que seria o início de outras situações semelhantes que iriam se repetir ao longo do seu processo de construção e de reafirmação como Estado-Nação. Em 14 de Novembro de 1980, o país sofreu o primeiro golpe de Estado liderado por Comandante-chefe da luta de libertação e Primeiro-ministro na altura, João Bernardo Vieira (Nino). O denominado *Movimento Reajustador* era um movimento de cunho nacionalista que contestava contra a presença massiva dos cabo-verdianos nos postos mais altos da administração guineense, contra a situação económica em que o país se encontrava e também contra a pena de morte que existia na constituição guineense, e entre outras reivindicações (SANTOS, 2014, p. 269).

Tem sido tomada como causa imediata desse golpe, uma ação da Assembleia Nacional Popular (ANP) de 12 de novembro do mesmo ano. Nesta data, a ANP, reunida na sua sessão extraordinária, decidiu aprovar o texto da nova constituição que reforçava o poder do presidente. Então, o então Primeiro-Ministro João Bernardo Vieira, que já estava num clima de desconfiança com o Presidente Luís Cabral, resolveu dar o golpe antes que tudo se concretizasse. O próprio João Bernardo Vieira foi general das Forças Armadas, razão pela qual tinha simpatia de muitos militares que o apoiaram no golpe. Como resultado do golpe, João Bernardo Vieira assumiu a presidência, selando definitivamente a separação entre Guiné e Cabo Verde, inaugurando também o peso militar dentro da vida política do país. E nomeou o Brigadeiro Ansumane Mané para exercer as funções de Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas.

Por outro lado, segundo Santos (2014, p. 270), a partir desse período a estrutura política guineense começou a apresentar uma debilidade, marcada pelos incessantes rumores de golpes de Estado, desconfianças e interferências militares na governação do país. Muitas pessoas foram presas e mortas por serem considerados suspeitos de prepararem golpe contra o Presidente (VIEGAS, 2013, p. 65-66).

O debate sobre a abertura democrática multipartidária²² se inicia em 1990 pela ANP e teve como fruto a queda do artigo 4º da Constituição que consagrava o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) como o único partido do Estado. Contudo, o processo só se concretizou em 1994, com a instalação de Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a organização das primeiras eleições legislativas e presidenciais em julho-agosto de 1994. Como fruto, o então presidente do PAIGC e o presidente do país desde o golpe de 1980, concorreu e ganhou as eleições com 64% dos votos, garantindo assim a sua manutenção no poder, e o seu partido PAIGC também conseguiu a maioria no parlamento, com 62% dos deputados.

Em 1998, o presidente João Bernardo Vieira acusou o então Chefe de Estado-maior das Forças Armadas, o Brigadeiro Ansumane Mane, de vender armas para os rebeldes de Casamança, uma região situada na fronteira com o Senegal. Como resultado dessa acusação, o Presidente destituiu o Brigadeiro Ansumane Mané, que por sua vez reuniu as tropas que estavam ao seu favor, começando a maior e mais grave crise que o país viveu desde a sua independência (TEIXEIRA, 2003, p.9). A data de 7 de junho de 1998 ficou gravada na memória da população, pois marca o início de uma guerra civil que ceifou a vida de milhares de guineenses²³ e teve um marco devastador do tecido estrutural, económico e

22 O Sistema político da Guiné-Bissau é multipartidário, semi-presidencial, com uma democracia representativa em transição. O presidente é Chefe de Estado e o Primeiro Ministro é chefe de governo.

23 Segundo Forrest (2003) as vítimas do conflito foram entre 2.000 e 6.000 pessoas.

social da Guiné-Bissau. Após 11 meses de luta, a junta militar liderada por Ansumane Mané, conseguiu tomar o poder, fato que obrigou o Presidente João Bernardo Vieira a pedir asilo político em Portugal.

Durante esse período, tanto a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a CEDEAO, estiveram envolvidos diretamente nas negociações pela busca de paz, junto com as autoridades religiosas e grupos cidadãos do país (BWOCK, 2015, p. 40; RUDEBEC, 2001, p.12). A CEDEAO, em especial, enviou tropas para manutenção da paz na Guiné-Bissau. Em resultado dos esforços conjugados entre Comunidade internacional e grupos internos da sociedade civil foi possível alcançar a paz e consequentemente a formação de um Governo de transição, permitindo a restauração democrática com a realização das segundas eleições legislativas e presidenciais em novembro de 1999. Essas eleições foram ganhas pelo Partido da Renovação Social (PRS). Koumba Yala foi eleito e empossado como Presidente da República da Guiné-Bissau em 2000 (TEIXEIRA, 2003, p. 9; BWOCK, 2015, p. 41; RUDEBEC 2001, p.13). No mesmo ano em que foi empossado o novo presidente, o então Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané, foi assassinado.

O povo guineense acreditava que o novo governo poderia alavancar o país rumo ao desenvolvimento. No entanto, com enormes problemas financeiros e salários em atraso desde o período da guerra civil, somada à debilidade das instituições governamentais e a delapidação do erário público, o novo governo mergulhou numa enorme crise, resultando num golpe de Estado liderado por Veríssimo Correia Seabra, o então Chefe de Estado-maior das Forças armadas, no ano de 2003. Koumba Yala foi deposto e em seu lugar assumiu como presidente de transição, Henrique Pereira Rosa. Koumba Yala não conseguiu corresponder às expectativas nacionais e internacionais. Ao longo do seu mando

ele nomeou e exonerou vários primeiros-ministros no país, alegando a corrupção e falta de competência (BWOCK, 2015; TEIXEIRA, 2003).

Em 7 de março de 2003, a Guiné-Bissau organizou a sua terceira eleição legislativa, ficando as presidenciais para a data a ser definida. O resultado dessas eleições foi favorável ao candidato do PAIGC, e o Carlos Gomes Júnior (Cadogo) foi investido como o novo Primeiro-Ministro do país. Em 6 de Outubro de 2004, o General que deu golpe à Koumba Yala foi assassinado por um grupo de militares que participaram de Missão de Paz da ONU na Libéria. Os militares o acusaram de corrupção e promoção arbitrária no seio das forças armadas (AUGEL, 2007, p. 71). Em seu lugar, foi escolhido para chefia das forças armadas o Brigadeiro Tagme Na Waie.

Segundo Augel (2007), em 2005 foram realizadas eleições presidenciais sob muita tensão política, principalmente no segundo turno (25 de julho). O resultado acabou favorecendo o candidato independente João Bernardo Vieira (Nino), que estava exilado em Portugal desde 1999. Com 52,35% de votos, João Bernardo Vieira assumiu a presidência, fazendo voltar o clima de tensão política e desconfiança. O país que estava se recuperando das crises passadas, tentando fortalecer as instituições estatais foi travada com crise de falta de coabitação entre o Primeiro Ministro Carlos Gomes e o Presidente Nino, acabando o presidente por derrubar o governo em outubro do mesmo ano, alegando a falta de coabitação. Quatro anos depois, no dia 2 de março de 2009, o presidente João Bernardo Vieira foi assassinado por militares não identificados na sua própria residência em decorrência da vingança da morte do General das Forças Armadas, Brigadeiro Tagme Na Waie, ocorrida no dia anterior. Em menos de 10 horas foram assassinados o General e o presidente²⁴.

24 FOLHA DE SÃO PAULO. Exército confirma morte do presidente e nega golpe de Estado na Guiné-Bissau. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/03/511237-exercito-confirma-morte-do-presidente-e-nega-golpe-de-estado-na-guine-bissau.shtml>>. Acessado em 17 de out. 2019.

Os militares comandados por António Indjai prenderam o primeiro-ministro e o Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas, Zamora Induta, substituto do falecido Tagme Na Waie. E devido à pressão nacional e internacional, Carlos Gomes Júnior foi reconduzido ao seu cargo de Primeiro-Ministro, ficando Zamora preso e destituído do seu cargo. No seu lugar foi nomeado o António Indjai como Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas, ação que foi criticada pela sociedade civil e a CEDEAO (BWOCK, 2015, p. 42, 43).

No mesmo ano (2009) deu-se o procedimento de organizar as novas eleições para o cargo de presidente. O candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanhá, foi o vencedor dessas eleições. Sanhá falece no dia 9 de janeiro de 2012, vítima de uma doença prolongada²⁵, obrigando o país a organizar novas eleições presidenciais. Nomeiam como Presidente interino Raimundo Pereira. No dia 12 de abril de 2012, o denominado “Comando Militar” deu golpe de Estado, afastando o Primeiro-Ministro e candidato vencedor da primeira volta das eleições presidenciais em andamento, e também afastaram o presidente interino Raimundo Pereira. Tem sido apontado como a causa do golpe o resultado das eleições presidenciais do primeiro turno, que favorecia o candidato Carlos Gomes Júnior (Cadago), apoiado pelo PAIGC. Os candidatos ao cargo, através de uma conferência de imprensa realizada em conjunta, acusaram o primeiro-ministro de ter fraudado as eleições, e pediram anulação do processo. Koumba Yala, o segundo mais votado, se retirou da segunda volta justificando que as eleições foram fraudadas.

Durante esse tempo, a CEDEAO foi uma das organizações que desempenhou um papel fundamental de grande relevância, embora seja criticado pela sociedade civil por não ter conseguido fazer voltar os dirigentes ao poder, tendo que concordar com a formação de um

governo de transição. E segundo Barros (2014, p.42), o golpe de abril de 2012

[...] constituiu um verdadeiro desafio à capacidade de ação dos atores da sociedade civil, os quais, apesar de algumas divisões, convergiram na reclamação do processo democrático. Neste sentido, foram desencadeadas manifestações públicas no país e na diáspora guineense que procuram superar lógicas de estruturação colegial, de reorganização ideológica e de autonomia de pensamento e financiamento orientado para a mobilização da sociedade enquanto um princípio da cidadania.

Por sua vez, entrevistado pela DW África, Carlos Gomes Júnior considerou que o golpe tinha dedos de alguns países membros da CEDEAO com interesses no país, e que usaram os militares e políticos guineenses para alcançarem esse objetivo. Segundo ele, o projeto da construção de porto de Buba e do caminho de ferro ligando Guiné-Conacri e Mali, iria trazer enormes benefícios para o país, o que não foi visto com bons olhos por alguns países da sub-região que usaram a CEDEAO para concretizar o golpe²⁶. Estas foram as razões evocadas como as principais causas que levaram ao golpe de Estado e a consequente expulsão dessa missão do território Guineense (BWOCK, 2015, p. 45).

Depois desse acontecimento, a CEDEAO enviou uma força militar para assegurar a transição e apoiar na organização das novas eleições, que acabou acontecendo em 2014. Foram eleitos os dois candidatos do PAIGC, Domingos Simões Pereira para o cargo de Primeiro-Ministro e José Mário Vaz para o cargo do Presidente da República e em 13 de agosto de 2015, o Presidente demitiu o Primeiro-Ministro²⁷. A seguir uma linha de tempo que resume os principais golpes e conflitos político-militares aqui detalhados:

25 DW. Faleceu Malam Bacai Sanhá. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/faleceu-malam-bacai-sanh%C3%A1/a-15655174>>. Acessado em 23 de out. 2019.

Figura 1 - Principais golpes e conflitos político-militares na Guiné-Bissau (1980-2015)



Fonte: Elaboração própria.

A partir da crise de 2015 começou um novo braço de ferro entre o Presidente da República e o Presidente do PAIGC, o primeiro Ministro demitido. O impasse político foi agravado pela perda de 15 deputados do PAIGC para a oposição. Sem a maioria na ANP, o presidente decidiu chamar a segunda maior força política, neste caso o PRS, para formar o governo. No entanto, o PAIGC, através do seu presidente na ANP, o Cipriano Cassamá, decidiram boicotar as sessões no parlamento, colocando o país num caos político social e econômico. O impasse gerado boicotou o funcionamento do parlamento e das instituições em geral por mais de 3 anos e só foi possível voltar ao normal funcionamento através do acordo mediado pela CEDEAO, tema do próximo tópico.

4. Relação política da Guiné-Bissau com a CEDEAO: análise das agendas das sessões ordinárias e extraordinárias (1998-2018)

A história das relações da Guiné-Bissau com a CEDEAO parece estar atrelada às questões políticas e de segurança, já que desde a sua independência o país vive num clima de constante instabilidade governamental, resultantes de golpes sucessivos de Estado e crises políticas. As fragilidades provocadas pelas constantes crises internas do país têm sido uma grande preocupação da CEDEAO.

As agendas das Sessões Ordinárias e extraordinárias do período em análise (1998-2018) refletem claramente essa preocupação. Três assuntos marcaram fortemente a agenda: mediações das crises, reforma no setor da defesa e segurança e assistência financeira ao país para a concretização do plano da reforma e alavancar a economia. No entanto, se analisarmos os principais acordos existentes entre a CEDEAO e a

Guiné-Bissau, nota-se que há mais acordos nas áreas de desenvolvimento econômico e comercial do que na defesa e segurança²⁸. Porém, as questões referentes a política e segurança mereceram mais atenção do organismo durante esses 20 anos.

Como se viu na seção anterior, duas crises marcaram a presença das forças de interposição da CEDEAO no Guiné-Bissau. A primeira foi durante o conflito armado que assolou o país em 1998. A CEDEAO junto com a ONU e CPLP, estiveram diretamente envolvidos nas negociações de paz. A CEDEAO conseguiu fazer com que as partes envolvidas no conflito assinassem acordos para o fim dos conflitos. Na 21ª sessão da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da Comunidade, decidiu-se enviar uma força de interposição da ECOMOG²⁹ para manter a paz na Guiné (MENDES, 2008).

O segundo que marcou, mais uma vez, a presença das forças de estabilização da CEDEAO, foi o golpe de Estado de 12 de abril de 2012. A partir dessa crise e também da crise no Mali, ficou nítido a preocupação da organização quanto às questões de segurança na sub-região. A CEDEAO enviou forças de interposição para Guiné-Bissau e Mali, dois países que sempre marcaram as agendas de segurança da organização nos últimos anos.

A decisão de enviar as forças de interposição da CEDEAO - a ECOMIB, para a Guiné-Bissau, ocorreu na sessão extraordinária, organizada em 26 de abril

28 Os Protocolos da CEDEAO que se sabe que a Guiné-Bissau assinou até o momento são: Protocolo sobre democracia e boa governação; Protocolo relativo à definição do conceito de produtos originários dos Estados-membros da CEDEAO; Protocolo relativo à aplicação de compensação pela perda de rendimentos tida pelos; Protocolo relativo ao mecanismo de prevenção, gestão, resolução, manutenção da paz e segurança; Protocolo relativo à forma e estabelecimento de empresas na CEDEAO; Protocolo relativo à livre circulação de pessoas, direito de residência e estabelecimento ANEME (2018, p.27);

29 Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (em inglês: Economic Community of West African States Monitoring Group), ECOMOG, ou Brigada de Supervisão de cessar-fogo da CEDEAO. É uma força armada multilateral da África Ocidental criada em Agosto de 1990 pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Destina-se originalmente a fazer cumprir o cessar-fogo assinado nos países membros da CEDEAO.

de 2012 em Abidjan, capital de Nigéria. A Sessão foi convocada pela CEDEAO para debater as questões de segurança na Guiné-Bissau e Mali. O principal objetivo desse contingente enviado à Guiné-Bissau era: promover a paz e a estabilidade com base no direito internacional, na carta das Nações Unidas, do tratado da CEDEAO e no protocolo sobre prevenção de conflitos daquela organização.

Como forma de solucionar as constantes crises que têm assolado o país e influenciado as agendas de segurança, a CEDEAO decidiu, junto com o Estado da Guiné-Bissau, construir um plano de reforma para o setor da defesa e segurança, prorrogando também, por várias vezes, o mandato da ECOMIB, com o objetivo de apoiar o processo. E pode-se dizer que o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, contribuiu muito na aceleração do processo de implementação do programa de reforma no setor da defesa e segurança, acordada entre o governo e a CEDEAO.

Estabelecendo como prioridade, em sua sessão ordinária de 19 de janeiro de 2005 e reforçada em sua sessão extraordinária de 17 de setembro de 2010, a reforma no setor de defesa e segurança e desenvolvimento econômico, e entendendo que o processo de reforma não poderia ser concretizado sem o apoio financeiro necessário, a CEDEAO decidiu mobilizar fundos junto aos membros e parceiros bilaterais, organizando conferência sobre o assunto. E em sua sessão ordinária de 23 e 24 de março de 2011, realizada em Abuja, os Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO endossaram as recomendações do da 28ª Sessão do Conselho de Mediação e Segurança validou o roteiro conjunto de a implementação do Programa de Reforma no Setor de Defesa e Segurança (PRSDS). Consequentemente, a conferência decidiu alocar, no recursos próprios da Comunidade, um montante de 63 milhões de dólares para cobrir as ações prioritárias do programa relacionadas, em particular (i) ao arranque de fundos de pen-

sões e operações iniciais de desmobilização, reciclagem e reintegração socioeconômica e (ii) a implantação de uma equipe de assistência técnica de segurança com vistas a fortalecer e treinar equipes nacionais para a proteção de instituições e VIPs, contribuir para a proteção da Comissão Nacional de Inquérito e para o estabelecimento de um programa de proteção a testemunhas (CEDEAO, 2011).

Vale salientar que 5 das 14 sessões extraordinárias realizadas durante o período em estudo (1998-2018) foram dedicadas exclusivamente para discutir as questões relacionadas à estabilidade política na Guiné-Bissau e Mali, países com fortes conflitos internos. Das 5 reuniões, duas tiveram pauta exclusiva para debater a situação da Guiné-Bissau.

Por outro lado, 22 das 23 sessões ordinárias realizadas dentro desse período reforçam o exposto acima. A Guiné-Bissau é tema constante nas sessões ordinárias da CEDEAO quando a pauta diz respeito à segurança e estabilidade política na região. Inclui-se temas como cooperação em defesa e credibilidade das eleições guineenses, neste último caso com sinalizações de apoio, com suporte técnico e financeiro para realizações de reformas e pleitos eleitorais em momentos de pós-crisis.

No âmbito de apoio ao desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau, a CEDEAO procurou junto aos seus membros e parceiros bilaterais apoios para os programas de desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau. Em razão disso, abriu um escritório para o representante oficial do secretário executivo da organização no país, visando ajudar o Governo a estreitar a colaboração com os outros parceiros (CEDEAO, 2005).

Como exemplo desse suporte, em sua sessão ordinária realizada em julho de 2014, em Acra, a CEDEAO criou um fundo de emergência para apoiar a Guiné-Bissau e pediu que todos os membros colaborassem nesse sen-

tido. Na mesma ocasião, o bloco decidiu apoiar a realização de um debate proposto pelo Estado guineense, usando a sua influência junto aos parceiros doadores (CEDEAO, 2014). A conferência foi realizada em 25 de março de 2015, sob o governo de Domingos Simões Pereira, Primeiro-ministro guineense, arrecadando um valor histórico de mais de 1 bilhão de euros. O programa “Terra Ranka” apresentado como proposta, tinha uma pretensão de conseguir cerca de 427 milhões de euros, mas acabou extrapolando o valor.

Apesar do grande esforço por parte do Governo guineense e da CEDEAO em realizar o evento, o Estado guineense não conseguiu saborear bem o gosto dessa vitória. E como já mencionamos acima, a demissão do governo de Domingos Simões Pereira em agosto do mesmo ano colocou o país numa profunda crise política e institucional, impossibilitando o desbloqueio da maior percentagem do dinheiro arrecadado para implementação dos programas de desenvolvimento.

O impasse gerado paralizou o funcionamento do Parlamento e das instituições em geral por mais de 3 anos e só foi possível o retorno às atividades após a assinatura de um acordo firmado em sessão extraordinária da CEDEAO dedicada à resolução dessa crise, realizada em 2018 em Lomé, Togo (CEDEAO, 2018). O primeiro acordo assinado no dia 14 de setembro de 2016 em Conakry não teve sucesso, razão pela qual a organização decidiu tomar medidas muito mais sérias, como por exemplo sancionar autores que estavam criando dificuldades para encontrar saídas para o fim da crise política e institucional. Dentro desse período de impasse o presidente nomeou e demitiu 7 primeiros-ministros por falta de consenso entre os partidos políticos com assento parlamentar. Só a partir do acordo de Lomé foi possível nomear um novo primeiro-ministro, neste caso o senhor Aristides Pereira do PAIGC, com o objetivo prioritário a organização das eleições legislativas. E para esse pleito eleitoral a CEDEAO desblo-

queou cerca de 2 de milhões de dólares, e a UEMOA 1 milhão, para cobrir uma parte das despesas dessas eleições. Durante esses três anos de crise, a sociedade civil e a populações em geral promoveram diversas manifestações para pressionar a CEDEAO a resolver a crise que era vivida no país.

A partir da crise de 2012 e 2015, passou-se a perceber a presença mais forte dos grupos de contato e missões de mediação da CEDEAO, atrelados a resolução das crises políticas e institucionais. Diferentemente de outros impasses que o país enfrentou, a crise iniciada em 2015 não teve interferência direta dos militares. Esse dado parece demonstrar que o centro das atenções das crises internas guineense está se deslocando mais para uma preocupação com a estabilidade político-institucional do que propriamente a iminência de um conflito armado regional. Talvez isto seja resultado da presença das forças da CEDEAO (ECOMIB), ou o início de um processo de reforma no setor da defesa e segurança. A questão da securitização da integração regional não é o foco deste artigo, porém as informações aqui discutidas demonstram a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o assunto.

5. Considerações Finais

Ao longo do trabalho procurou-se compreender como se deu a relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO, em termos políticos, econômicos e comerciais, partindo da hipótese de que essa relação se deu mais no campo político, atrelado às questões de segurança, do que no campo econômico e comercial. E mais: as crises internas que o país enfrentou durante esses 20 anos tiveram um papel central nessa relação.

Diallo (2016) afirma que os processos de integração regional africana são históricos, com uma prática desde a época dos impérios africanos. Segundo o autor, dife-

rentemente do processo de integração europeia, que foi motivada pelo viés econômico, a integração regional africana nasceu com intuito de unir o continente e lutar contra o colonialismo e qualquer ameaça externa.

No âmbito da análise das relações da Guiné-Bissau com a CEDEAO, percebe-se, através dos documentos analisados de que a hipótese inicial do trabalho foi confirmada. A relação da Guiné-Bissau com a CEDEAO se deu mais no campo político, atrelado às questões de segurança do que econômicos e comerciais. Percebe-se que, no que tange às questões de segurança, a Guiné-Bissau esteve sempre na agenda das Sessões Ordinárias e extraordinárias, sendo discutida a forma de como pôr fim às constantes instabilidades internas. Nessa ótica, foi dada como prioridade a reforma no setor da defesa e segurança, elaborando um plano de ação conjunta com o Estado da Guiné-Bissau. A CEDEAO apoiou financeiramente o plano de reforma e também com técnicos por meio da missão da ECOMIB.

Em termos econômicos viu-se que em termos de exportação, a Guiné-Bissau nem aparece na lista de principais países que exportam para o mercado da CEDEAO, isto porque os seus principais produtos de exportação são destinados para o mercado fora do continente, neste caso, o mercado indiano. Também se nota que esses países por não terem indústrias de transformação, eles exportam os produtos em bruto. Os relatórios apontam para uma baixa complementaridade comercial como sendo também uma das razões da baixa relação econômica e comercial entre os países membros.

No plano das importações, viu-se que a Guiné-Bissau importa mais produtos fora do bloco, tendo Portugal como um dos principais parceiros comerciais nas importações seguido de Senegal. Na lista dos principais produtos de importação se configura os produtos alimentícios, como por exemplo arroz. Porém, também se percebe que o país tem mais de 300 mil hectares propi-

cios ao cultivo de arroz, mas devido à falta de investimento o país ainda continua a depender de importação de tal produto. Nesta ótica, os relatórios apresentados apontam para a necessidade de equilíbrio das atenções nas áreas de investimentos. Ou seja, mesmo que a área de segurança seja considerada prioritária, as outras áreas, como agricultura, turismo e minérios, devem merecer igual atenção como forma de buscar o equilíbrio e bem-estar social, pois são áreas com potencial para o desenvolvimento sócio econômico do país.

Esta experiência de integração regional na CEDEAO, ao contrário de outros blocos, tem centrado seus objetivos para a estabilidade político-militar da região, securitizando a integração regional. Assim, se constitui como uma experiência diferente da latino-americana ou europeia. É provável que a CEDEAO tenha buscado estabilizar primeiro as questões políticas e de segurança para depois tentar uma estabilização econômica. Na África, a economia não é um mecanismo de estabilidade, mas a articulação política e a criação de espaços de segurança coletiva são, assim, o mecanismo para estabilidade política que poderia levar a estabilidade econômica. Estas e outras questões se lançam para novas agendas de pesquisa na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIP/PWC (2014). *GUINÉ BISSAU: Integração regional na CEDEAO e relacionamento com os países da CPLP*. Plataformas CPLP.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK/OCDE/UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2017), "Guiné-Bissau", in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OCDE Publishing, Paris. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-36-pt>.
- ANEME (2018). *Estudo: Guiné Bissau*. Disponível em: <https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/.../ESTUDO_guineBissau-1.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2019.
- AUGEL, Moema Parente.(2007). *Desafio do Escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da guiné-bissau*. Ed. Garamond Ltda.
- AUC/OCDE (2018). *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018: Crescimento, emprego e desigualdades*, AUC, Addis Ababa/OCDE Publishing: Paris. <https://doi.org/10.1787/9789264306301-pt>.
- BARBOSA, Muryatan Santana.(2015). *Pan-africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine (1956-63)*. FFLCH - USP, p. 1-23, 2015. Disponível em: <www.snh2015.anpuh.org > 1427824102_ARQUIVO_Pan-Africanismo-MSB>. Acesso em: 21 out. 2019.
- BARROS, Miguel De. (2014). *A Sociedade Civil E O Estado Na Guiné-bissau: Dinâmicas, Desafios E Perspectivas*. (Edições Corubal), 1ª Edição.
- BWOCK, Mahyona Fernandes (2015). *A Crise Política na Guiné-Bissau 1998-2012*. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14810/1/2016_MahyonaFernandesBwock.pdf> Acesso em: 15 outubro de 2019.
- CASSAMA, Daniel Julio Lopes Soares.(2012). *Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Araquara - SP, 2014.
- CASTRO, Thales. (2012). *Teoria das relações internacionais*. – Brasília: FUNAG.
- CEDEAO. *Sessões Ordinárias e Extraordinárias*. Disponível em: <<https://www.ecowas.int/lei-da-cedeo/comunicados-finais/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 18 de out 2019.
- CEDEAO. *Traite Revise*. Commission de la CEDEAO, Abuja (1993) reimprimé (2010). Disponível em: <<http://www.ecowas.int>>.
- _____. Comunicados oficiais das Cimeiras Ordinárias e Extraordinárias. Disponível em: <<https://www.ecowas.int/lei-da-cedeo/comunicados-finais/?lang=pt-pt>>.

- DIALLO, Mamadou Alpha.(2015). “A integração regional na África ocidental(1960-2015): balanço e perspectivas”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, vol. 1, no1, p. 243-263.
- GUINÉ-BISSAU: IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO. Disponível em <<https://oec.world/pt/profile/country/gnb/>> Acesso em 18 de jul 2019.
- DJAU, Alfa Mamadu.(2019). *A Guiné-Bissau em face do processo de integração econômica e monetária na África Ocidental: contemplando a integração regional como instrumento de promoção do desenvolvimento*. Florianópolis.
- ESSIEN, Essien Abel.(2014). “20 anos de Tratado Revisto e 40 anos de CEDEAO – Uma análise da integração regional na África Ocidental na perspectiva da prática”, IN: *Compreender a integração regional na África Ocidental – Uma análise multitemática e comparativa*. ESTUDO IAO-ZEI. No.17, p 11 – 41.
- FERNANDES, Lito Nunes; BOUKOUNGA, Jean Christian; JÚNIOR, José Fernandes. (2011). “Integração econômica regional na África Ocidental: uma visão crítica”. *Conjuntura Austral*, vol.2, no. 8, p.18-47.
- FERNANDES, Lito Nunes. (2011). *Economia Política da Integração Regional na África Ocidental: A União Econômica e Monetária (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36098/000817469.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de out. 2019.
- FMI.(2017). *Guiné-Bissau: Documento sobre temas selecionados*. Relatório n.º 17/381. Disponível em: <<http://www.imf.org/>>. Acesso em: 03 set. 2019.
- FORREST, Joshua.(2003). *Lineages of State Fragility*. Athens, Ohio: Ohio University Press.
- IF - Banco Mundial. (2010). *Guiné-Bissau Para além de Castanha de Caju: Diversificação através do comércio. Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional*. 192 pp.
- JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio; ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno.(2013). “Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais”. *Cadernos do Tempo*. Presente, n. 14, p. 05-11. Disponível em: <www.getempo.org>. Acesso em: 18 out. 2019.
- MARIANO, Marcelo M.; MARIANO, Karina I. P. (2002). “As teorias de integração regional e os Estados subnacionais”. *Revista Impulso*, Piracicaba, vol 13, no 31, p. 47-70. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/242226207>>. Acesso em: 18 de fev. 2019.
- MARIANO, Karina L. P. (1995). *O neoliberal institucionalismo: um modelo teórico para a integração regional*. São Paulo: Cadernos Cedec, n. 50, 1995.
- MBEMBE, A.(2019). “A ideia de um mundo sem fronteiras”. *Revista Serrote - Revista de ensaios do Instituto Moreira Salles*. São Paulo, n.31, março de 2019. Disponível: <<https://revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-porachille-mbembe/>>. Acesso em: 01 de out. de 2019.

- MENDES, Perfirio. *Influencia Internacional no conflito armado de 1998/1999 na Guiné-Bissau*. Monografia, 54f. Fortaleza 2008. Disponível em: <[www.repositorio.ufc.br > bitstream > riufc > 2008_tcc_pmendes](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2008_tcc_pmendes)>. Acesso em 18 de dez 2019.
- MITRANY, David. “A paz por meio da cooperação e da integração” in BRAILLARD, Philippe. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- NETO, Barnabé Lucas de Oliveira. (2017): “Pós-colonialismo e relações internacionais”. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, dezembro 2017, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/04/poscolonialismo-relacoes.html>>. Acesso em 21 out. 2019.
- OCDE (2011), *Relatório sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau*, OCDE Publishing. ISBN 978-92-64-00000-0.
- OLIVEIRA, Pedro Henrique Silva de.(2017). “O pós-colonialismo nas relações internacionais: uma proposta para repensar teoria, estrutura e racionalidade no Sistema Internacional”. *Revista Liberato*, vol, 18, no. 30, p. 163-176, Disponível em: <http://www.liberato.com.br/sites/default/files/arquivos/Revista_SIER/v.18%2Cn.30%282017%29/06-Art10-PosColonialismo-16nov.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.
- PAES, Lucas et. al. (2013). “Processos africanos de integração regional”. In: *Relações internacionais para educadores: África em foco* /. PIFFERO, Alexandre, SPOHR, Marjorie, STANDNIK, Klei Medeiros (orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- PANCERI, Juliana Wüst. (2012). *União Europeia, a evolução de seu processo e a conformação de suas teorias: uma abordagem da emergente teoria da governança de múltiplos níveis*. 157f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina) Florianópolis.
- PINTO, M. (2007). “Contributos das teorias das RI para o estudo das organizações internacionais e da integração regional”. *Relações Internacionais*, no.16, p.85-101.
- PLENK, Stefan. (2015). *Regionale Integration im sub-saharischen Afrika*. DOI 10.1007/978-3-658-08650-3_3, © Springer Fachmedien Wiesbaden.
- PÚBLICO. Governo de Carlos Gomes Júnior demitido em Bissau. Disponível em <<https://www.publico.pt/2005/10/30/jornal/governo-de-carlos-gomes-junior-demitido-em-bissau-46430>>. Acessado em 21 de out. 2019.
- RFI. Guiné-Bissau: levantadas sanções da CEDEAO. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20180801-cedeao-retira-19-sancoes-impostas-aos-cidadaos-guineens>>. Acesso em 24 de nov. 2019.
- _____. Sociedade civil guineense critica comunidade internacional. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20170405-sociedade-civil-guineense-denuncia-passividade-da-comunidade-internacional>>. Acesso em: 23 out. 2019
- ROSA, Carolina Diogo Ralo.(2018). *O processo de comunicação de crise da Guarda Nacional Republicana*.112f. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança) - Academia Militar, Lisboa, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/24754>>. Acesso em: 24 de out. 2019.

- RUDEBECK, Lars.(2001). *Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000: Um Estudo de Democratização Difícil*. Ed. ASDI, Stockholm.
- SAMBU, Malam. (2015). *A Política Económica no Contexto da UEMOA: Investimento Direto Estrangeiro na Economia da Guiné-Bissau – Uma Abordagem*. Dissertação de Mestrado.177f. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.
- SANTOS, Celso Medina.(2014). *Integração regional e desenvolvimento: o caso da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)*. 91f. Dissertação (pós-graduação em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014. Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=Integra%C3%A7%C3%A3o+Regional+e+Desenvolvimento%3A+O+Caso+da+Comunidade+Econ%C3%B4mica+dos+Estados+da+%C3%81frica+Ocidental+%28CEDEAO%29&btnG= > acesso em: 17 out. 2018.
- SARAIVA, F. (2011). “A Definição de Crise das Nações Unidas, União Europeia e NATO”. *Nação E Defesa*, vol. 129, no.5, p.11–30.
- SARFATI, Gilberto.(2005). *Teorias de relações internacionais*. São Paulo, Editora Saraiva.
- SILVA, Lilian Mendes Ferreira da.(2014). *O papel das organizações regionais africanas no desenvolvimento da democracia: o caso da SADC*. 169f. Tese. Universidade de Évora.
- SILVA, Cinthia Regina Campos da.(2015). *Entre a expertise e a política: uma questão de escolha? O perfil da Comissão Europeia e o empoderamento do Parlamento Europeu*. Tese defendida pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política. UFPE: Recife.
- SILVA, Pedro.(2014). “O conceito de crise: Perspectiva política e económica”, In: A. S. Lara Crise, *Estado e Segurança*. Lisboa, Portugal: Edições MGI, (59-68).
- SZUCKO, Angélica S.(2017). “A inércia institucional nos processos de integração regional – o método do Path Dependence aplicado aos casos da União Europeia e do Mercosul”. *Debater a Europa*, Coimbra, n. 16, p. 27-55.
- TEIXEIRA, Duma Ricardo. Golpe de Estado na Guiné-Bissau 1999-2000. S/D Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/GOLPEDEESTADONAGUINEBISSAU19982003.pdf>>. Acessado em: 13 de dezembro de 2019.
- VOA. Guiné-Bissau: 20 anos após o levantamento de 1998. Disponível em:<<https://www.voaportugues.com/a/guin%C3%A9-bissau-20-anos-ap%C3%B3s-o-levantamento-de-1998/4428969.html>>. Acessado em 26. out 2019.
-